

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

História da arquitetura e da cidade: teoria e método - AUH 5867

Seminário: FONSECA, Claudia Damasceno, Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. Anais do Museu Paulista, vol.20, no.1, São Paulo Jan./June, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100004>.

Beatriz dos Santos Alves Ventura Fernandes e Beatriz Agostini Teixeira

1. Apresentação do autor

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985-1990) e formação complementar pela École d'Architecture Paris-Belleville (1991-1992), Cláudia Damasceno Fonseca inicia sua missão e pesquisa na área de reconstrução de centro urbano e patrimônio que orienta sua carreira.

Mestre, novamente pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993-1995), dessa vez defende sua dissertação "Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural" no Instituto de Geociência.

Entre 1995 e 2001 realizou vários estudos na temática de reconstrução da cidade colonial mineira, publicando diversos artigos. Em 1995 iniciou sua pesquisa de doutorado em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, orientada inicialmente por Bernard Lepetit e posteriormente por Daniel Nordman, defendida em 2001 com o título "Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe-début du XIXe siècle".

Em 2011, sua tese é publicada em livro no Brasil: "Arraiais e Vilas d'El Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas". Torna-se uma bibliografia fundamental para o estudo da rede urbana do período colonial. O livro é resultado de sua formação interdisciplinar em arquitetura, história e geografia, e a aproximação teórico-metodológica com o historiador francês Bernard Lepetit. Assim, a partir de uma ampla fonte de documentação, a autora pode elaborar grande variedade de perguntas em função do objeto estudado, resultando em um extenso trabalho - 700 páginas - de análise em todas as escalas do território.

Fonseca lecionou na Universidade de La Rochelle (2000-2002) e depois na Universidade Sorbonne Nouvelle-Paris 3 (2002-2012), onde ingressou no UMR 7227 - CREDA (Centre de Recherche et de Documentation des Amériques). Além de seus ensinamentos sobre a história do Brasil (século XVI-XXI), ela garantiu por muitos anos acordos de cooperação universitária entre estes países.

Dentre as atividades de programas internacionais, destacamos a direção de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em junho de 2012.

2. Apresentação do texto

O artigo "Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas", da autora Claudia Damasceno Fonseca, foi publicado nos Anais do

Museu Paulista, vol. 20, no. 1, em 2012. A publicação, que trata principalmente de temas do campo da cultura material, dá preferência a trabalhos que contemplam abordagens inovadoras sobre processos históricos; o artigo em questão foi publicado em edição especial sobre a urbanização no Brasil colonial. O trabalho também apresenta aproximação com o campo da cultura material ao valer-se da materialidade da cidade, as formas urbanas, para pensar aspectos simbólicos e as relações sócio-políticas do período colonial na região das minas.

O artigo foi publicado logo após o lançamento de seu livro no Brasil, que como já mencionado, é a reorganização de sua tese em língua portuguesa. Nesse contexto, o presente artigo reúne e sintetiza os principais temas tratados em 2001, procurando situar a evolução das abordagens acerca da cidade colonial mineira. Também inclui análises historiográficas apresentadas em seminários realizados na França e em Portugal entre 1996 e 2010.

O resultado recupera parte de sua pesquisa acadêmica de modo geral. Nota-se o resgate de doze textos da autora como referências constantemente citados nas notas de rodapé. Primeiro através de uma revisão bibliografia, que acompanha o panorama da historiografia acerca da cidade colonial mineira. Depois, apresenta suas fontes primárias - correspondências entre colonos, administração local e coroa e documentos relativos à atividade das câmaras de vilas disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Arquivo Histórico da Câmara de Mariana e Arquivo Público Mineiro - para traçar um panorama sobre a rede urbana da região das minas, contrapondo-se a alguns conceitos pré-estabelecidos pela historiografia. Por fim, utiliza-se de Mariana como estudo de caso, remetendo à sua dissertação de mestrado, para discutir questões relativas à morfologia urbana, valendo-se de uma metodologia e fontes semelhantes às utilizadas na etapa anterior do artigo.

3. Tema

Os territórios urbanos nas minas setecentistas é o tema central debatido no artigo, bem como na longa trajetória da pesquisadora Cláudia Damasceno Fonseca.

A temática trata de conflitos territoriais: estrutura fundiária das povoações, a construção e o controle dos espaços e equipamentos públicos. Hoje, essas práticas indicam os pressupostos da formação que conhecemos por urbanismo, disciplina inexistente no século XVIII. Assim, a autora acata a definição de Lepetit para identificar o conjunto de ações nos territórios das minas setecentistas, relacionando-o ao pensamento urbanístico:

“conjunto de medidas técnicas, jurídicas e econômicas que permitem uma intervenção ou um desenvolvimento autônomo das cidades” (1981, p. 35, apud FONSECA, 2012, p. 90).

O recorte geográfico do artigo transita entre escalas abordando arraiais e vilas específicos, mas mantendo em perspectiva não só a rede urbana da província, como também sua inserção no território colonial e as relações ultramarinas com a metrópole. Quanto ao recorte temporal do trabalho, embora esteja focado no século XVIII, faz alguns apontamentos referentes ao século XIX e situa-se no contexto da longa duração do sistema colonial.

4. Objetivo

O que a autora pretende alcançar com o texto já está descrito logo no resumo: situar a evolução das abordagens sobre a cidade colonial mineira com foco na estrutura fundiária e constituição de redes e hierarquias urbanas.

Porém, ao longo do texto o propósito apresenta-se ainda maior. Trata-se em revelar que a materialidade do espaço das cidades coloniais mineiras se construiu a partir das complexas relações de diversos atores sociais, seja na escala do território urbano, das relações entre vilas, ou mesmo na relação colônia-metrópole.

Não por acaso, o que Claudia Damasceno busca evidenciar em seu artigo se alinha com a teoria de seu ex-orientador Bernard Lepetit. Trata-se da compreensão do fenômeno urbano colonial como objeto de análise em si, não como cenário ou palco da vida social.

5. Estrutura e articulação dos argumentos principais

O artigo possui uma estrutura a qual divide-se em uma introdução e duas seções: “A rede urbana e a malha territorial” e “A morfologia das vilas e dos arraiais”.

Na introdução, Fonseca aponta uma lacuna nos estudos sobre as cidades coloniais mineiras, que raramente as tomaram como objeto específico de estudo ao invés de cenário da vida social e que se concentraram sobretudo no período da produção aurífera. A seguir, faz uma revisão bibliográfica sobre a evolução das abordagens sobre as cidades coloniais brasileiras e as principais transformações do campo nas últimas décadas citando autores como Paulo Santos, Roberta Marx Delson, Sérgio Buarque de Holanda, Luís da Silveira, Mário Chicó, Nestor Goulart Reis Filho, Sylvio de Vasconcellos, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Renata Malcher de Araújo, Maria Fernanda Derntl, Maria Isabel

Chrysóstomo e Maria Fernanda Bicalho. Mais adiante a autora aponta também os trabalhos de Salomão Vasconcellos e de Raymundo Trindade como referências importantes para sua pesquisa. Trata-se de autores brasileiros e portugueses, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, cuja contribuição passa por temas como gênese de povoamentos, morfologia e estética urbana, urbanística portuguesa, patrimônio, história social, políticas administrativas e redes de cidades. Para dar ainda mais apoio a sua vasta bibliografia, Claudia Damasceno ainda cita os trabalhos de Patrick Geddes, Marcel Poete e Lewis Mumford, teóricos que discutiam cidades no início do século XX, e cujas abordagens apoiam as fontes a qual ela se apoia. Não menos importante, essa passagem fundamenta as teorias adotadas pela autora, que no século seguinte, tornaram-se os modelos explicativos da origem e do desenvolvimento das cidades. Se por um lado a revisão bibliográfica feita nessa introdução exemplifica a multiplicidade de saberes envolvidos em sua pesquisa acerca da cidade colonial, por outro, Claudia Damasceno estrutura um compromisso historiográfico com o tema, aproveitando discussões de outros períodos e objetos presentes em suas fontes e nos demais autores mobilizados por elas para construir sua própria abordagem.

Depois de revisar suas fontes bibliográficas e ainda na introdução, a autora aponta a importância de documentos (cartas, documentos textuais, petições, cartografias, etc.) ao abordarem variadas questões sobre os núcleos urbanos. Encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e nos arquivos mineiros, correspondem a cartas, requerimentos e representações que circularam tanto entre metrópole e capitania, quando entre as câmaras, os ouvidores e os governadores. São esses documentos que constituem suas fontes primárias e revelam múltiplos aspectos das diferentes escalas abordadas: os papéis e limitações dos concelhos, as definições de urbanidade da época e as complexidades e disputas na relação entre os diversos atores que constituíam a rede urbana mineira.

No subtítulo “a rede urbana e a malha territorial”, identifica-se uma questão na formação das vilas coloniais mineiras. O quadro de vilas e cidades de Minas ao final do período colonial contrasta com a noção de que a região teria um caráter mais urbano que o restante da colônia e, ao estudar a fundação dessas vilas cronologicamente, nota-se que em um período de prosperidade, houve uma lacuna de 60 anos onde não fundou-se nenhuma vila e que na segunda metade do século XVIII o surgimento de vilas está ligado à atividade agropecuária e aos circuitos comerciais coloniais. Claudia Damasceno, então, reproduzindo a teoria de Bernard Lepetit, produz cartografias em uma escala regional e encontra para além das vilas movimentadas pela economia do ouro, a disseminação de vilas que se

vinculavam à atividade agropecuária. Apesar disso, diversos arraiais florescentes, mesmo que tenham solicitado, não levaram o título de vila. Em um movimento pendular de questionamentos, a autora recorre a fontes primárias e às leituras que a bibliografia apresenta para assim construir tanto as perguntas que norteiam seu percurso investigativo como novas explicações sobre o tema.

Para começar, Fonseca expõe todos os benefícios que definiam os padrões para conceder o título de vila aos arraiais. Logo em seguida, apresenta o evento que alterou as decisões políticas dos governadores para conceder o título de vila aos arraiais. Violentas sediações de Pitangui e de Vila Rica que fizeram os governadores de Minas exprimirem uma oposição sistemática à criação de novas câmaras municipais. Como já havia uma presença fiscal e administrativa da Coroa no território e as reivindicações judiciais dos colonos podiam ser remediadas pelo estabelecimentos de julgados e freguesias, não via-se a necessidade da fundação de novas vilas. Em um primeiro momento, Fonseca expõe todos os parâmetros para conceder o título de vila aos arraiais. Esses argumentos situados que definiam os padrões da época colonial. Logo em seguida apresenta o evento que alterou as decisões políticas dos governadores para conceder o título de vila aos arraiais: as violentas sediações de Pitangui e de Vila Rica que fizeram os governadores de Minas exprimirem uma oposição sistemática à criação de novas câmaras municipais, como forma de prevenção a episódios de insurgências locais. Como já havia uma presença fiscal e administrativa da Coroa no território e as reivindicações judiciais dos colonos podiam ser remediadas pelo estabelecimentos de julgados e freguesias, não via-se a necessidade da fundação de novas vilas.

Em um segundo momento, a autora parte de documentos como requerimentos dos habitantes, os pareceres das autoridades, as reações das câmaras, bem como as consultas do Conselho Ultramarino, que forneceram diversas pistas para as perguntas da própria autora. Então, através de um modelo de análise entre as diversas escalas da rede urbana mineira (governadores-colônia, governadores-vilas, elites locais urbanas), e também de análise político-geográfica (expansão dos limites de Minas Gerais) Fonseca encontra as chaves para explicar a retomada das concessões dos títulos de vila no final do século XVIII. Não apenas obtém as razões pelas quais os arraiais solicitaram as criações das vilas, mas como e quais eram as respostas dos governadores e algumas das intenções por trás delas.

Tendo em vista a formação interdisciplinar da autora e sua relação com o historiador Bernard Lepetit, que defendia que “a adoção de uma escala é inicialmente a escolha de um ponto de vista de conhecimento” (2001, p.214), o ponto fundamental da

conclusão que a autora chega neste primeiro subtítulo é exatamente o uso de escalas não apenas espaciais mas também sociais e políticas. Observa-se no trecho destacado o *jogo de escalas* dito necessário pela autora para compreender a evolução da malha territorial urbana.

*“Portanto, é necessário levar em conta diferentes elementos para que se possa compreender a evolução da malha territorial e da hierarquia urbana mineira: a **situação geográfica** dos arraiais e vilas existentes, sua posição em relação à rede de caminhos e às fronteiras da capitania, as **relações entre os governadores e as elites locais**, bem como entre os magistrados e oficiais judiciários. Também é importante que se examinem as **relações entre as vilas**, bem como as ligações existentes entre cada sede municipal e os arraiais dela dependentes, pois foram determinantes para a formação dos limites internos da capitania – tanto os dos concelhos quanto os das comarcas.”*
(FONSECA, 2012, p.89, grifo nosso.)

Na última seção do artigo, intitulada “A morfologia das vilas e dos arraiais: representações e interpretações”, Fonseca estuda aspectos de morfologia urbana, fundamentada principalmente na cidade de Mariana e apoiando-se na obra do já citado Sylvio de Vasconcellos. A autora recupera o entendimento da gênese e evolução urbana apoiada na cartografia histórica e em escritos sobre a cidade. A partir destas representações, discute as interpretações sobre beleza e ordenação nos núcleos urbanos, situando o pensamento da época e problematizando as leituras que foram feitas sobre o tema ao longo da história. *A partir do exemplo de Mariana, Fonseca desconstrói a ideia de que se trata de caso isolado de urbanização mais regular em Minas e de que isso se deva unicamente ao plano do engenheiro Alpoim, identificando outros atores e processos que fizeram parte da constituição da morfologia urbana de Mariana, com destaque para problemas ambientais decorrentes da mineração e para intenções embelezadoras por ocasião da elevação de Mariana à sede episcopal.* Também mostra que as orientações regularizadores presentes em projetos urbanísticos e nas disposições dos concelhos não podiam se instituir plenamente ao se sobreporem a um traçado existente, conflituarem com questões de ordem fundiária e encontrarem resistência por parte da população responsável pelas construções, relativizando o poder das câmaras no controle da forma urbana. No caso de outros núcleos urbanos, como o arraial do Tejuco, a autora sugere que certa regularidade do traçado urbano pode estar relacionada à atuação de personagens

individuais. Além disso, a própria noção de beleza vinculada à apreciação das cidades da época, bem como os costumes de implantação de cidades, podiam resultar em algum grau de regularidade na morfologia, mesmo em casos de iniciativas espontâneas.

Por fim o artigo aponta para a indissociabilidade entre as vilas e seus termos, em diferentes combinações de dinamismo urbano apoiada em relatos de época e na existência de dados populacionais e econômicos unificados. Tal interdependência aparece como um entrave à concessão do título de vila a determinados arraiais. Sendo assim, a autora conclui que compreender as múltiplas escalas espaciais que envolvem as unidades urbanas constitui uma operação fundamental para que um estudo se aproxime das relações sociais, políticas e territoriais que envolvem seu objeto em perspectiva histórica.

Ao colocar em evidência a “importância da análise das questões fundiárias para um melhor entendimento dos processos de gênese das povoações coloniais e das possibilidades reais de controle da forma urbana”. (2012,p.101), Fonseca também destaca os seguintes autores, alguns já mencionados anteriormente: Murillo Marx, Maurício Abreu, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Fania Fridman, Maria Fernanda Bicalho, Nireu Cavalcante, Beatriz Picolloto Siqueira e Sérgio da Mata. Os trabalhos mencionados apontam para a importância da análise fundiária na contribuição para os estudos urbanos de diferentes localidades e períodos. De acordo com o compromisso historiográfico firmado na introdução, os trabalhos mencionados por Claudia Damasceno apontam para a importância da análise fundiária na contribuição para os estudos urbanos de diferentes localidades e períodos.

Por fim, O artigo sintetiza sua lógica conclusiva não apenas desse artigo, mas de uma extensa pesquisa.

“Tendo em vista as relações complexas que ligavam os núcleos urbanos aos espaços circundantes, conclui-se que a vila, para os contemporâneos, não era apenas a urbs – um conjunto de ruas, praças, casas e igrejas –, pois eles as associavam sempre à civitas – o território no qual todos os habitantes estavam submetidos ao poder de uma mesma câmara. A imagem resultante desta associação assemelha-se a um complexo patchwork, constituído por espaços que apresentavam diferentes estágios de organização e de “urbanidade”. É importante, pois, levar em consideração essas diferentes dimensões espaciais, a fim de que o estudo das vilas e cidades coloniais possa refletir não somente a visão do historiador, mas também, em certa medida, as percepções coevas das relações entre os poderes, os espaços e os territórios urbanos.” (FONSECA, 2012, p.103)

6. Referências

CYMBALISTA, Renato. **Arraiais e Vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas**. Claudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 14, núm. 1, maio, 2012, pp. 201- 202. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n1p201>

LEPETIT, Bernard. **Arquitetura, Geografia, História: Usos da Escala**. In: Por uma nova história urbana. (Org. de Heliana Salgueiro). São Paulo: Edusp, 2001.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas**. Anais do Museu Paulista, vol.20, no.1, São Paulo Jan./June, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100004>

SOUZA, L.M. Prefácio. In: FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 15-18. ISBN: 978-85-423-0307-0. <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0001>.

Informações sobre a trajetória acadêmica de Claudia Damasceno Fonseca disponíveis em: <http://crbc.ehess.fr/index.php?1332>

Informações sobre o periódico Anais do Museu Paulista disponíveis em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/index>